

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Instagram/@flaviobolsonaro



Flávio com Marco Rubio, secretário de Estado dos EUA

Efeitos de rótulo de terrorismo preocupam aliados do PL

Há aliados de Flávio Bolsonaro preocupados com a possibilidade de o lobby bolsonarista junto ao governo norte-americano para colar no PCC e no CV o rótulo de terroristas possa se constituir num tiro no pé.

Isso, pela reação cautelosa manifestada internamente por setores empresariais, que, embora simpáticos ao pré-candidato do PL, veem na decisão da Casa Branca um risco para seus negócios.

Ao decretarem que o Brasil é sede de organizações terroristas com atuação internacional, Donald Trump coloca sob a mira da CIA e dos militares setores importantes da economia brasileira. Qualquer indício de colaboração com o PCC e o CV pode gerar muitos estragos.

Riscos ocultos

O caso da operação Carbono Oculto é exemplar: investigações indicam cumplicidade de setores do mercado financeiro com a lavagem do dinheiro obtido pelo PCC na comercialização de combustível falsificado.

Aponta para uma teia de parcerias que envolve instituições financeiras — fintechs — e fundos de investimentos com a organização criminosa. Uma associação que chegaria bem perto, por exemplo, do Banco Master.

Reprodução/Instagram



O venezuelano Nicolás Maduro, preso nos EUA

Os alvos

Com a decisão norte-americana, as consequências da investigação brasileira seriam mais amplas, poderiam comprometer a atividade, nos EUA, de bancos e empresas que desconheciam as ligações com o PCC.

Outro exemplo: uma distribuidora de energia que tenha feito um pacto de não agressão com traficantes de uma favela também ficará na mira da Casa Branca.

Para empresários, o caso da Venezuela reafirmou que não se pode isolar atitudes repressivas dos EUA com seus interesses estratégicos e comerciais, como no petróleo.

Consequências entre políticos

O pretexto de combate ao terrorismo tem potencial para complicar a vida de políticos, inclusive de ligados ao bolsonarismo, como Rodrigo Bacellar, ex-presidente da Assembleia Legislativa do Rio e suspeito de ligações com o CV. A eventual confirmação de vínculos, ainda que indiretos, do Master com o PCC respingaria até em casos como financiamento do filme sobre Jair Bolsonaro.

Versões

Há também expectativa para saber como a população receberá as versões em jogo: o bolsonarismo prega que o governo defende organizações terroristas; o Planalto fala em traição, em conspiração contra interesses brasileiros e em ameaças à soberania e ao PIX, odiado por cartões de crédito dos EUA.

Milícias

A nota do governo citou a “família Bolsonaro”, acusada de defender “intervenção estrangeira” no Brasil e dá uma cutucada ao incluir as milícias entre organizações criminosas — há suspeitas de ligações do clã com integrantes desses grupos. No Rio, fronteiras entre milícias e tráfico ficaram tênues.

Acusação

Líder do PL no Senado, Carlos Portinho (RJ) crava: “A máscara caiu. Lula defende terroristas.” Para ele, só há dois lados: “Quem apoia bandido e quem quer libertar o país. Queremos Liberdade, Ordem e progresso!”. Para o senador, “quem quer bandido que os defenda e (com eles) morra abraçado”, escreveu à coluna.

Percentuais

Com base em pesquisa Quaest de novembro, Portinho citou que, para 73% da população, organizações criminosas deveriam ser consideradas terroristas. Mas, segundo o mesmo levantamento, 50% discordaram da possibilidade de o Brasil pedir ajuda aos EUA para combater o tráfico no Rio (45% concordaram).

Candidatos

Portinho está em campanha para herdar a vaga que seria do ex-governador Cláudio Castro, que, embora inelegível, queria disputar o Senado. Como o Correio Bastidores registrou, seus adversários são os deputados Sóstenes Cavalcante e Carlos Jordy — a decisão será do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Pesquisa

A reação da população começou a ser testada em pesquisa do Instituto Vox Brasil e que deverá ser divulgada na sexta. Uma pergunta é sobre a avaliação — positiva ou negativa — do encontro de Flávio com Trump. Também haverá questionamento sobre a aprovação, pela Câmara, do fim da escala seis por um.



‘Tempo está do nosso lado’ afirmou o presidente americano

Terrorismo é nova frente de tensão com os EUA

Governo inicia levantamento sobre possíveis impactos

Por Beatriz Matos

O governo Lula passou a tratar como uma questão de soberania nacional a decisão dos Estados Unidos de classificar o PCC e o Comando Vermelho como organizações terroristas. O tema, que ganhou força após articulações do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) junto ao governo de Donald Trump, provocou reações no Palácio do Planalto.

Nos bastidores, o governo também iniciou um levantamento sobre possíveis impactos da decisão em diferentes setores da economia e na relação bilateral entre os dois países. O receio envolve desde eventuais restrições a instituições financeiras até questionamentos sobre mecanismos de pagamento e transferência de recursos utilizados no Brasil.

A classificação passa a valer em 5 de junho e coloca as duas facções brasileiras na mesma categoria adotada pelos Estados Unidos (EUA) para grupos já enquadrados como terroristas em diferentes partes do mundo. Embora a medida tenha efeitos diretos na legislação americana, especialistas ouvidos pela reportagem avaliam que os reflexos podem alcançar o Brasil, especialmente nas áreas financeira, diplomática e comercial.

A reação do governo brasileiro veio quase 12 horas depois. Em nota, o Palácio do Planalto afirmou que o Brasil combate

permanentemente o crime organizado e rejeita qualquer forma de interferência externa em assuntos internos.

Durante uma agenda que cumpria em Sergipe, na última sexta-feira (29), presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) elevou o tom ao comentar o assunto e sinalizou a intenção de conversar diretamente com Trump. “Não aceitamos ser tratados como se fosse uma republiqueta”, afirmou. Em outro momento, reforçou que as facções já são vistas como inimigas da sociedade brasileira: “Eles são terroristas para as comunidades brasileiras, para a sociedade brasileira, para o povo da periferia desse país”.

Fora do país

Para a advogada criminalista Letícia Moreira, a medida não altera a forma como o Brasil combate as facções. “Na prática, a decisão dos EUA não muda a lei brasileira nem a forma como o Brasil já combate o Primeiro Comando da Capital e o Comando Vermelho.”

Segundo ela, os efeitos mais relevantes devem ocorrer fora do país. “Os principais efeitos serão fora do Brasil: maior controle sobre dinheiro e patrimônio das facções, aumento da fiscalização internacional, possibilidade de bloqueio de contas e bens, além de ampliação da troca de informações entre países para combater ao crime organizado.”